

OLHARES SOBRE O ACORDO BILATERAL MULHERES MIL, BRASIL/CANADÁ E A METODOLOGIA IDENTIFICAÇÃO DE SABERES COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: PROFISSIONALIZAÇÃO, SABERES E MEMÓRIAS

NARA VIEIRA DE SOUZA¹
SARAH VIRGINIA CARVALHO RIBEIRO²

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)
<nvdss@yahoo.com.br>

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
Campus de Fortaleza
<sarahvcr@ifce.edu.br>

Resumo. Este artigo discute a relação entre profissionalização, práticas de memória e contextos sociais. Apresenta a metodologia intitulada Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP), como embasamento de propostas de natureza social inclusiva. Trata-se de reflexões iniciais sobre o Projeto Internacional Mulheres Mil (Brasil/Canadá) ocorrido no período de 2007 a 2011. A finalidade do projeto Mulheres Mil é o desenvolvimento de ações educativas, a partir da Formação Integrada Continuada de mulheres adultas em treze Estados brasileiros. A oralidade é um dos métodos utilizados e considerado como fonte de memória para construção de instrumentos que permitam mais amplo entendimento da realidade e dos saberes prévios do grupo em torno do desenvolvimento das localidades envolvidas. O referencial teórico adotado é a abordagem (auto) biográfica francesa e pelo materialismo histórico dialético. Acredita-se que a metodologia ARAP possibilita a memória individual e coletiva, direciona para interpretação do contexto socioambiental. Os principais instrumentos de coleta de informações utilizados serão os portfólios, os mapas de vida e os questionários de acesso e permanência à localidade. A relevância desse estudo visa o reconhecimento da memória como dispositivo de formação sociocultural ampla, portanto, educativa, de modo a contribuir na identificação de hiatos de ações cotidianas de membros das comunidades envolvidas em relação ao desenvolvimento local sustentável.

Palavras-chaves: Memória coletiva. Contextos sociais. Metodologia.

Abstract. This paper discusses the relationship among professionalization, memory practices and social contexts. It presents the methodology entitled Previous Learning Assessment and Recognition (PLAR) as a basis for proposals of social inclusion nature. It deals with the early reflections about the Thousand Women (Mulheres Mil) International Project (Brazil/Canada) which took place between 2007 and 2011. The purpose of the Mulheres Mil project was the development of educational activities starting from the Continued Integrated Training of adult females in thirteen Brazilian states. Speaking is one of the methods used and it is considered as a source of memory for the construction of tools that allow a broader understanding of the reality and previous knowledge of the group regarding the development of the communities involved. The theoretical background adopted is the French (auto)biography through the dialectical historical materialism. It is believed that the PLAR approach enables individual and collective memory, directing to the interpretation of the social-environmental context. The main instruments for information collection will be the portfolios, life maps and community access and retention questionnaires. The relevance of this study aims the recognition of memory as a broad social-cultural training device, therefore, educative, so that it contributes to the identification of daily activities gaps of the communities members involved in relation to the local sustainable development.

Keywords: Collective memory. Social contexts. Methodology.

1 INTRODUÇÃO

Em cumprimento aos acordos bilaterais de cooperação internacional entre Brasil e Canadá, o Programa Mulheres Mil educação, cidadania e desenvolvimento sustentável teve início em 2007, ainda como Projeto Mulheres Mil.

O acordo bilateral internacional tinha de um lado o Brasil, através do governo brasileiro representado pela Agência Brasileira de Cooperação - ABC, e, pelo outro estava o Canadá que tinha como representante do governo canadense a Agência Canadense para Desenvolvimento Internacional - CIDA.

Pela execução financeira e articulação entre os executores nos centros educacionais no Brasil havia o Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica - CONCEFET, atualmente Conselho de Dirigentes da Rede Federal - CONIF, e, pelo lado canadense a Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses, *Association of Canadian Community Colleges* - ACCC. Ao percorrer a memória do Projeto Mulheres Mil, há o registro de: em março de 2005 houve a primeira reunião técnica, entre 5 (cinco) estados brasileiros, 3 (três) do Nordeste e 2 (dois) do norte do Brasil, e os órgãos responsáveis pelo acordo bilateral, com o propósito de repassar o Sistema de Acesso, Permanência e Êxito pela metodologia Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia - ARAP, além de propor a execução de Projetos Pilotos com etapas diferenciadas para cada Estado. Assim, entre outubro de 2005 e março de 2006 aproximadamente 50 (cinquenta) mulheres foram envolvidas nos projetos pilotos com a execução de etapas diferenciadas da referida metodologia para cada um dos estados participantes.

Ora posto, em abril de 2007, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica começou a implementar os subprojetos “Mulheres Mil” em 13 (treze) *campi* dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs, localizados nas regiões Norte e Nordeste, na época denominados Centros de Educação Profissional e Tecnológica - CEFETs. O objetivo da ação era promover o acesso à educação profissional de mulheres jovens e adultas, com faixa etária de 16 a 70 anos, em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou moradoras de comunidades com baixos índices de desenvolvimento humano.

Assim, durante o período de 2007 a 2011 foi implementado o projeto Mulheres Mil, em cooperação com o governo canadense, visando à formação educacional, profissional e cidadã de mulheres desfavorecidas das regiões Norte e Nordeste do Brasil, criando as pontes necessárias para que essas mulheres incrementassem seu potencial produtivo, promovessem a melhoria das con-

dições de vida de suas famílias, de suas comunidades e contribuíssem para o crescimento econômico sustentável.

Desde então, busca-se a concretização e a execução de políticas públicas ligadas à promoção da equidade, igualdade entre sexos, o combate à violência contra mulheres e o acesso à educação. No Brasil, tais questões tornaram-se pauta inadiável ante as políticas públicas de desenvolvimento e erradicação da pobreza.

A educação profissional, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), aparece definida como “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 2008). Além disso, fica estabelecido no Artigo 40 que a educação profissional deve ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Nesse cenário legal da educação brasileira, os Institutos Federais - IFs representam as mais novas autarquias de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, encontrando na territorialidade e no modelo pedagógico elementos singulares para sua definição identitária. Criados pela Lei nº 11892/08, conforme Artigo 2º:

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

No Canadá, pretende-se com o repasse da metodologia ARAP, tanto desenvolver e divulgar metodologias sociais de intervenção que possibilitem o desenvolvimento sustentável como prática social concreta, quanto lidar com o contingente de imigrantes oriundos de países em condições de baixo desenvolvimento. Assim, a necessidade de inserção imediata de diferentes grupos sociais na cadeia produtiva e no contexto das políticas públicas do mercado acarretou uma ampla setorização da política social em planejamento cada vez mais voltado para desconcentração de renda e a promoção de investimentos sociais consolidados pela pesquisa, pela intervenção e pela dimensão sociotécnica da economia.

Para os idealizadores do Programa a experiência também contribui para o alcance das Metas do Milênio, promulgada pela ONU em 2000 e aprovada por 191 países. Entre as metas estabelecidas estão a erradicação

da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres e garantia da sustentabilidade ambiental. O Sistema de Acesso e Permanência instaurado no desenvolvimento do Programa tem como ponto de partida os modelos de acesso dos Colleges canadenses, que garantem capacitação profissional para populações desfavorecidas, entre eles aborígenes e imigrantes.

É nesse contexto de finalização do Acordo Bilateral Brasil-Canadá que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFS implantam o “Programa Mulheres Mil”, instituído pela Portaria nº 1.015 de 21 de julho 2011, passando a ter status de Política Pública pelo Ministério da Educação e atualmente é executado em todos os IFs do Brasil.

PORTARIA Nº 1.015, DE 21 DE JULHO DE 2011, que orientará a disseminação do programa no país.

Art. 1º Instituir o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Art. 2º O Programa Mulheres Mil constitui uma das ações do PLANO BRASIL SEM MISÉRIA e tem como principais diretrizes:

I - Possibilitar o acesso à educação; II - Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; III - Promover a inclusão social; IV - Defender a igualdade de gênero; V - Combater a violência contra a mulher.

No presente momento, o panorama do Programa Mulheres Mil, apresentado pelo lado brasileiro é a rápida independência ou autonomia como política pública educacional brasileira, de apenas 2 (dois) anos e meio após sua institucionalização, porque desde agosto de 2013, já faz parte do Programa Nacional de Educação Tecnológica - PRONATEC, com várias questões ainda em construção para receber uma metodologia pautada na inclusão de mulheres desde a etapa de acesso até o acompanhamento ao mundo do trabalho.

E, pelo lado do Canadá, desenvolve-se uma Pesquisa de Avaliação de Impacto do Mulheres Mil-MMIA, gerenciada pelo Niagara College, iniciada em 2012 e em com previsão de finalização até março de 2014, objetiva identificar os impactos ocorridos com as mulheres envolvidas no programa, impactos na comunidade que a mulher é moradora e nos institutos federais.

Diante dessa realidade, levanta-se a questão central desse estudo: comparar se os objetivos e impactos almejados na implantação do referido programa, desde o acordo internacional, são os mesmos após sua legitimidade como política pública educacional brasileira, considerar ainda se o aproveitamento de saberes dessas mulheres, oriundas do Mulheres Mil nessas localidades, interferiram no desenvolvimento regional.

Para tanto, as categorias: memória, saberes, educação, gênero e trabalho para jovens e adultos, serão trabalhadas nesse estudo, com pressupostos do materialismo histórico dialético, sem deixar de levar em conta a análise ambiental.

Algumas hipóteses são levantadas por esse estudo, como:

- A forma de convívio socioambiental no cotidiano das comunidades envolvidas, localizadas nas áreas em estudo, foi alterada com a inserção e/ou aproveitamento dos saberes das mulheres - alunas do Programa Mulheres Mil;
- As comunidades envolvidas alteram seus costumes e uso dos recursos naturais existentes no decorrer do Programa Mulheres Mil;
- Os impactos ambientais e o desenvolvimento regional, são demonstrados na relação entre história oral e coletiva das áreas em estudo, porque melhor valorizam os saberes das mulheres.

Assim, tendo em vista as situações expostas, orientam essa investigação as seguintes questões de pesquisa:

- Quais as contribuições do Programa Mulheres Mil para a melhoria das condições socioambientais nas localidades em que as mulheres envolvidas residem?
- Quais os processos e indicadores centrais de avaliação, internos e externos, que podem contribuir para a construção de um instrumento de avaliação para análise ambiental?
- Quais os impactos da autonomia e/ou inserção ao mundo do trabalho pelas mulheres do Programa Mulheres Mil na região nordeste, no período designado por esta pesquisa, na vida e no contexto social local em que vivem, que representam um viés para o desenvolvimento regional?

Diante desses questionamentos, esta pesquisa pretende investigar o aproveitamento de saberes das mulheres na dinâmica ambiental das localidades da região

Nordeste do Brasil, beneficiados pelo acordo bilateral Brasil-Canadá no período entre 2007 a 2012 do Programa Mulheres Mil, numa perspectiva de análise regional.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como estudo de caso avaliativo, de caráter exploratório, qualitativo e quantitativo, num enfoque da formação humana, como uma nova visão de desenvolvimento, que instiga análises sobre a relação trabalho-educação como descreve Lacks (2004).

Andre (2005, p. 17) aborda que “[...] o estudo de caso focaliza uma situação, um programa, um fenômeno particular. O caso em si tem importância, seja pelo que revela sobre o fenômeno, seja pelo que representa”.

Andre (2005) ainda afirma que há outros autores que classificam os estudos de caso, que os reúne em quatro grandes grupos: etnográfico, avaliativo, educacional e ação. Como estudo de caso avaliativo, este projeto de pesquisa propõe-se a estudar em profundidade os impactos do Programa Mulheres Mil com o propósito de fornecer aos governos brasileiro e canadense, bem como gestores públicos informações que contribuam para o julgamento do mérito do referido Programa como política pública.

E em seguida, para alcançar os objetivos que este estudo propõe, em uma base epistemológica do materialismo histórico dialético, pretende-se discutir as abordagens sobre o Estado (âmbito federativo) e as políticas de ensino para mulheres, com bases na educação profissionalizante para jovens e adultos e na formação com aproveitamento dos saberes.

Inicialmente a pesquisa será realizada através de análise de fatos primários - análise documental (convênios, relatórios, projetos, reuniões técnicas, materiais de treinamento...). Serão considerados fatos secundários - questionários e entrevistas semiestruturadas com as mulheres que frequentaram cursos entre 2010 a 2014, em alguns dos IFs envolvidos.

A análise dos dados será organizada através do Método do Quadro Lógico que se configura como uma ferramenta analítica de apresentação e gestão que envolve a análise do problema, análise dos *stakeholders*, o desenvolvimento da hierarquia dos objetivos e a seleção da estratégia de implementação. Auxilia na identificação de elementos estratégicos (*inputs*, *outputs*, *purpose*¹, *goal*²) e aos seus relacionamentos causais, bem

como dos pressupostos externos (risco) que podem influenciar no sucesso ou não do Programa.

Dessa forma, a categorização analítica dos principais aspectos decorrentes da coleta de dados contribui para o desenvolvimento do quadro referencial (FIGARI, 1996) baseado no mapeamento analítico da realidade investigada, para análise das categorias relativas ao Programa Mulheres Mil. Os indicadores serão considerados como “uma categoria intelectual para perceber a realidade” (BARBIER, 1985 *apud* FIGARI 1996, p. 112) sendo representativos da realidade a avaliar, agrupam categorias de informações que representam um interesse axiológico e ganham indiretamente significado em relação a um conjunto de fins, de valores. “Na prática, o elemento metodológico indispensável para a utilização destes indicadores reside então na ligação de representatividade da categoria em relação à realidade, ligação sempre muito difícil de justificar.” (FIGARI, 1996, p. 112).

Os instrumentos serão validados através de grupos focais, objetivando validar as ferramentas e podendo levar a outras categorias. No desenvolvimento da pesquisa poderão emergir novas categorias que serão igualmente analisadas.

3 ESTADO DA ARTE

3.1 INVESTIMENTOS SOCIAIS NA RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO

Num contexto em que o montante de recursos aplicados para formação profissional é notório, a participação deverá ser estabelecida prioritariamente à característica de investimento social. Em realidade, é preciso que os indicadores sociais sejam elevados à categoria de políticas públicas locais, agregando esforços na direção do desenvolvimento sustentável local integrado. Para isso, o gasto social consolidado deve ser uma garantia no âmbito das políticas públicas. Entende-se por gasto social a medida dos recursos públicos alocados aos programas sociais nos níveis governamentais federal, estadual e municipal. Para calcular e mensurar tais dados, a metodologia dos gastos sociais procura medir, exatamente, a quantidade de ações (projetos e programas) destinadas ao desenvolvimento humano. Nessa direção, o gasto social total no Brasil passou de 24,5 para 40,0 bilhões de dólares entre 1976 e 1986, refletindo uma forte expansão ao longo do período.

Entre 2001 e 2004, as funções de saúde/saneamento e educação/cultura, a variação do gasto em termos foi, respectivamente, de 13% e 10%. Nota-se, porém, que a evolução do gasto social com educação básica tenha sido de apenas 6,1% no período observado (LAVINAS, 2007). Assim sendo, a expansão do gasto social está

¹ Purpose = propósito

² Goal = objetivo

fortemente correlacionada a três tipos básicos de política social: educação, saúde, assistência e previdência social, embora as composições relativas à magnitude destes variem de acordo com a esfera de interesse do Governo. Logo, a política de investimento social, os incentivos do gasto social, o desenvolvimento econômico produtivo e a erradicação da pobreza no Brasil, concentram-se no problema da qualificação profissional dos principais agentes da economia: os agentes produtores que tipificam as agências produtivas e seus arranjos de produção.

Nestes termos, a empregabilidade, o desenvolvimento e a formação profissional qualificada tornaram-se metas inadiáveis. Nas últimas três décadas, observou-se que a questão da qualificação profissional é fortemente associada à inserção de agentes produtores no mercado de trabalho. O mundo do trabalho torna-se o mundo da formação, da escolarização, da alfabetização tecnológica, do uso e da apropriação cada vez mais intensa das relações sociais mediadas pelas tecnologias da informação e da comunicação, instaurada pela sociedade em rede, sociedade da informação e pela sociedade do conhecimento (BESSA; NERY; TERCI, 2003; LOJKINE, 1995; TILLY, 2006; CASTELLS, 1999).

Entretanto, a crise do mercado de trabalho advinda da intensificação da política econômica respaldada pela internacionalização financeira global empreende-se no surgimento de novos contextos jurídico-fiduciários. A soberania do mote “estamos numa sociedade do conhecimento” apontada por (DEDECCA, 1998), não é refratária do processo ininterrupto de valorização da formação profissional como estratégia de enfrentamento do desemprego. Essas práticas foram organizadas em grandes e importantes Fóruns Internacionais, estimuladas por países da União Européia (em especial pela Alemanha, Suécia, Inglaterra, Espanha, Itália, França e Holanda), conforme Dedecca (1998) e Grazier (1990 apud GENTILI, 2001). Associam-se a tais movimentos, agências reguladoras da economia mundial como a Organização Internacional do Trabalho e o Banco Mundial.

O fato é que a sociedade do conhecimento instaura lógicas produtivas ambíguas em relação às populações economicamente menos favorecidas. Trata-se de uma lógica bastante lúcida quanto aos seus focos e interesses de manobra e escalonamento produtivo em torno à ampliação da concentração de riquezas. Nesse sentido, a lógica da implantação de programas que visem o auxílio mútuo entre países distintos economicamente prevê desde a qualificação da força de trabalho ao escrutínio programático de estratégias de enfrentamento do desemprego, do analfabetismo (tecnológico e letramento),

da baixa oferta de consolidada formação profissional, dentre outros elementos. Trata-se, pois, da ascensão de políticas de orientação neoliberal, subjugadora do capital humano (FERREIRA, 2000; FRIGOTTO, 2001).

É importante destacar a importância da educação nesse cenário. Nas últimas cinco décadas a escolarização manteve-se como centralidade nas decisões econômicas nacionais. Desde os anos noventa essa centralidade amplia-se pela internacionalização crescente e pela perspectiva de valorização de diferentes modos de vida, culminando na absorção de força de trabalho, aglomeração de parcerias cooperadas ou associativismo de toda ordem. Por isso, a educação e a formação escolarizada destacam-se como sendo política pública. Os investimentos no setor produziram um crescimento relativamente inflacionário de modo a tornar o desenvolvimento tecnológico e científico atrelado aos serviços e bens oriundos de uma economia do conhecimento. Por conseguinte, o crescimento econômico deve integrar socialmente os indivíduos no âmbito das relações produtivas locais, sem dissociá-los da dimensão global da economia planetária (ANTUNES, 2011).

Trata-se da insurgência do capitalismo avançado, neoliberal, no qual a educação passa a desempenhar novo papel: “aumentar as chances individuais de inserção no mercado de trabalho ou, em outros termos, a aumentar a empregabilidade dos indivíduos, num cenário em que o desemprego tecnológico parece que veio para ficar” (CASTELLS, 1999, p. 101). Por isso, a qualificação profissional deve estar associada ao desenvolvimento profissional mais amplo.

Por outro lado, a especialização qualificada não reduz as possibilidades reais de inteira permanência de trabalhadores no mercado produtivo. Desse modo, qualificação não é garantia de empregabilidade. Nos estudos de Grazier (1990), pode-se encontrar indicações sobre essa relação: trabalhadores mais escolarizados não conseguem obter ocupações à altura de suas qualificações. Empiricamente, demonstra-se que a situação de desemprego afeta de forma mais intensa indivíduos que são oriundos de estrato social menos favorecido, apesar da elevada escolaridade (curso superior completo).

Tais reflexões favorecem a análise segundo a qual a valorização da formação profissional ensaja a indagação quanto ao impacto da qualificação na empregabilidade do indivíduo. São condições que potencializam a efervescência do debate e sinalizam a influência da origem social nos estudos sobre a empregabilidade e acesso ao mundo do trabalho no Brasil e no mundo.

3.2 A MEMÓRIA, SABERES E ITINERÁRIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Os estudos desenvolvidos no campo da memória a respeito dos processos formativos em grupos profissionais têm despertado interesses diversos. Muitas vezes é a simples curiosidade de conhecer sobre determinadas personalidades socialmente consagradas pela sua carreira ou pelo seu desenvolvimento profissional; outras vezes pela necessidade visceral de falar-de-si, como uma espécie de reencontro com o imaginário pulsional, suas simbologias e traçados de vida. O fato é que tanto a vida pessoal, quanto a vida profissional se elaboram de modo indissociado. Nos diferentes espaços da formação, dentre eles, os espaços formais da universidade, encontram-se divergentes perspectivas (SANTOS, 2003). Ora essas perspectivas são associadas ao mercado de trabalho; ora aos processos de desenvolvimento científico e direcionados a uma economia do conhecimento. Raríssimas vezes, pode-se encontrar a busca de uma ampliação pessoal de vida, ensejando deleites intelectuais e busca de autonomia intelectual sem fins de empregabilidade, em torno da formação universitária (BERTAUX; TODD, 1994). Entretanto, é notório que a profissionalização em espaços acadêmicos estimula o crescimento profissional, associando-os ao cumprimento das expectativas pessoais, referendadas pela qualidade de vida modelar, capitalista e produtiva.

A formação profissional em oferta em diferentes instituições de ensino se constitui na possibilidade de ampliação da oportunidade e do crescimento profissional das pessoas, pois, dentre todos os espaços de formação profissional, os institutos tecnológicos de educação e

[...] a universidade deve(m) ser um centro de cultura, disponível para a educação do homem no seu todo; finalmente, porque a verdade a ser transmitida, a universidade ensina e mesmo o ensino das aptidões profissionais deve ser orientado para a formação integral (FERREIRA; SILVA, 2011).

Assim, atender aos fins das instituições formadoras: investigação (pesquisa), ensino e prestação de serviço (extensão), ou seja, no tripé: ensino, pesquisa e extensão tão importante na produção do sistema de ensino atrelado às políticas públicas de desenvolvimento (FERREIRA; SILVA, 2011).

Para atender ao mercado de trabalho e a exigência de uma maior qualificação nas áreas conhecimento, novos cursos foram sendo criados, em diferentes modalidades de oferta (presencial, semipresencial e a distância) e em diferentes níveis da educação (básica ou supe-

rior). Até aí estava configurada a necessidade do mercado e das instituições em formar profissionais qualificados para lidar com novas tecnologias, linguagens, pessoas, produtos e processos, entre outros. Atendendo a essas novas demandas, os profissionais/sujeitos lançaram-se, via pós-graduação, curso de mestrado e/ou doutorado), em busca das mais diversas realizações: de ordem material por meio da qualificação no campo profissional, seja de natureza acadêmica pela aquisição de conhecimento, seja para realização pessoal/status social e reinserção no mercado de trabalho (PACHECO, 2010).

Por isso mesmo, vale ressaltar, mais uma vez, que o processo da busca pela formação nem sempre é orientado pela academia, acontece inconscientemente a partir da história de vida de cada sujeito, é ela que orienta os caminhos e as escolhas que vai se tornando cada vez mais complexa por conta dos inúmeros elementos que são considerados nessa seleção, bem como pela consciência que vai se formando ao longo da vida. Para caracterizar a necessidade que move o sujeito na busca de sentido à sua formação - sabendo-se da não obrigatoriedade de formar-se em uma área e nela continuar os estudos na pós-graduação, é preciso destacar a ideia de formação como uma base de reflexões sobre a prática no sentido de que os sujeitos “[...] examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes” (IMBERNON, 2004, p. 49). Lê-se:

A vida é o lugar da educação e a história de vida é o terreno no qual se constrói a formação. Por isso, a prática da educação define o espaço de toda a reflexão teórica. O trabalho do investigador e dos participantes num grupo biográfico não é da mesma natureza, na medida em que ele possui mais instrumento de análise e uma maior experiência de investigação. Mas trata-se do mesmo objeto de trabalho. Dito de outro modo, o saber sobre a formação provém da própria reflexão daqueles que se formam. É possível especular sobre a formação e propor orientações teóricas ou fórmulas pedagógicas que não estão em relação com os contextos organizacionais ou pessoais. No entanto, a análise dos processos de formação, entendidos numa perspectiva de aprendizagem e de mudança, não se pode fazer sem uma referência explícita ao modo como um adulto viveu as situações concretas do seu próprio percurso educativo (SCHULTZ, 1987).

Assim, a formação inicial, adquirida em diferen-

tes níveis de ensino, até então satisfatória profissionalmente, se vê ultrapassada face ao surgimento das novas tecnologias. O sujeito se vê compelido à reflexão para decidir sobre o que fazer diante dessa nova situação, buscar uma formação/qualificação/titulação ou permanecer como está. Entretanto, ao optar pela formação, essa ação possibilita a aquisição de conhecimentos teóricos, capacidades de processamentos e informações; análise e reflexão crítica; decisão racional; avaliações e tomadas de decisões para reordenar as ações no campo profissional.

Ressaltar-se as contribuições de (HALBWACHS, 2006) na configuração de nossa análise sobre a relação entre profissionalização, memória e contextos sociais. Para Halbwachs (2006, p. 12) “é impossível conceber o problema da recordação e da localização das lembranças quando não se toma como ponto de referência os contextos sociais reais que servem de baliza a essa reconstrução que chamamos memória”. Por isso mesmo, destacar-se a relevância de se pensar tais relações através da Metodologia Reconhecimento de Aprendizado Prévio ou de Identificação de Saberes, identificada pelos registros elaborados no desenvolvimento do Programa Mulheres Mil.

3.3 PROFISSIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Segundo Ferreira e Silva (2011), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, como modalidade nos níveis fundamental e médio, é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do conhecimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, Art. 37. Como modalidade, propõe-se a atender um público, caracteristicamente marcado pela população alvo de Programa Mulheres Mil, ao qual foi negado o direito à educação durante a infância e/ou adolescência seja pela oferta irregular de vagas, seja pelas inadequações do sistema de ensino, ou ainda, pelas condições socioeconômicas desfavoráveis de uma sociedade brutalmente desigual e excludente, como o é a sociedade brasileira.

Assim, o trabalho pode ser concebido como um fenômeno imprescindível no processo de humanização, na garantia dos direitos sociais das mulheres para as quais se direciona o Programa Mulheres Mil. Os objetivos do Programa remetem ao que afirma Tilly (2005) sobre o trabalho:

[...] ao mesmo tempo em que os indivíduos transformam a natureza exterior, alteram também a sua própria natureza humana, num

processo de transformação recíproca e inter-relacional que converte o trabalho social num elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana (TILLY, 2005)

Nesse sentido, o movimento proposto pelo Programa Mulheres Mil, pode representar a instrumentalização de mulheres para que promovam a globalização contra-hegemônica, no contexto da globalização hegemônica, dominada pela lógica do capitalismo neoliberal mundial (SANTOS, 2003). Esse movimento contra-hegemônico, representado pela iniciativa de política pública local-global, busca recuperar a cidadania de mulheres contextualizadas nos grupos sociais sujeitos à descaracterização e à marginalização produzidos pela globalização hegemônica.

[...] é a voracidade com que a globalização hegemônica tem devorado, não só as promessas de progresso, da liberdade, da igualdade, da não discriminação, e da racionalidade, como a própria ideia da luta por elas. Ou seja, a regulação social-hegemônica deixou de ser feita em nome de um projeto de futuro e com isso deslegitimou todos os projetos de futuro alternativos antes designados como projetos de emancipação social. A desordem automática dos mercados financeiros é a metáfora de uma forma de regulação social que não precisa da ideia de emancipação social para se sustentar e legitimar. Mas, paradoxalmente, é dentro desse vazio de regulação e de emancipação que estão surgindo em todo o mundo iniciativas, movimentos, organizações que lutam simultaneamente contra as formas de regulação que não regulam e contra as formas de emancipação que não emancipam (SANTOS, 2003).

E é nesse espaço entre a regulação e a emancipação apontado por Santos (2003), que o Programa Mulheres Mil se ancora. Dessa forma, essa pesquisa propõe-se a avaliar o impacto desse Programa na vida das mulheres envolvidas e de sua comunidade. Para Rico e Genro (BRASIL, 2006, p. 467), a avaliação de programas institucionais e políticas sociais consistem em um:

procedimento estratégico que visa dar visibilidade às ações públicas efetivadas com o objetivo de democratização do Estado e da sociedade civil, de formas a compreender as políticas e o Estado em ação. Este processo de avaliação objetiva a melhoria das políticas e

da ação do Estado e pode sugerir modificações na formulação, implementação e nos resultados de ações.

Para Figari (1996) a avaliação de um programa pode ser entendida como uma macroavaliação ou “um processo sistemático de recolha e de interpretação das observações com a finalidade de dar a conhecer o desenrolar e os efeitos de um projeto”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo ainda está em andamento como pesquisa, através de projeto submetido ao Comitê de Ética pelo IFRS-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, de forma mais completa e complexa quanto ao aprofundamento das questões a pesquisar. Portanto não se podem registrar os resultados ainda de pesquisa, mas é notória a importância do mesmo para a produção de conhecimento e produção científica em relação à política pública educacional, inseridas no Brasil por meio de acordos internacionais.

Ora posto, notam-se outras contribuições já enunciadas pelas autoras como resultados deste trabalho, quanto à análise do impacto social do Programa Mulheres Mil, partindo de uma discussão teórica do materialismo histórico dialético, bem como a análise e produção de indicadores de avaliação institucional interna e externa com vista à contribuição à melhoria da qualidade de ensino.

REFERÊNCIAS

ABRAHAO, M. H. M. *A Aventura (Auto) Biográfica: teoria e empiria*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ANDRE, M. E. D. A. de. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

ANTUNES, R. Trabalho. In: CATANNI, A. D.; HOLZMANN, L. (Ed.). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BANCO MUNDIAL. Relatório Técnico. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1995: o trabalhador e o processo de integração mundial*. Washington: World Bank, 1995.

BERTAUX, D.; TODD, D. J. Desde elaboración de la historia de vida hacia la transformación de la práctica sociológica. In: *Metodología de investigación cualitativa*. Buenos Aires: IICE: Instituto de Investigaciones en Ciencias de La Educación (IICE), 1994.

BESSA, V. de C.; NERY, M. B.; TERCI, D. C. Sociedade do conhecimento. *São Paulo em Perspectiva*, v. 17, n. 3-4, p. 3 – 16, jul. - dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

BRASIL. *Enciclopédia de Pedagogia Universitária*. Brasília: INEP/RIES, 2006.

_____. Lei N. 11.892, Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 11 ago. 2014.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. In: *A Sociedade em Rede*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

DEDECCA, C. Qualificação e formação profissional: algumas experiências européias. In: *A visão empresarial e da universidade do Plano Nacional de Educação Profissional*. São Paulo: Instituto Uniemp, 1998. v. 2.

FERREIRA, F. *Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?* Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2000.

FERREIRA, M. J. R.; SILVA, S. A. F. da. In: FREITAS, R.; ALEX, A. J.; SCHIMIDT, M.; PAIVA, M. A. V. (Ed.). *Avaliação do ensino e da aprendizagem na Eja e no Proeja*. Vitória: Editora do IFES, 2011. v. 1, p. 209 – 236.

FIGARI, G. *Avaliar: que referencial?* Porto: Porto Editora, 1996.

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, G. (Ed.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 2001.

GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Ed.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 2001.

GRAZIER, B. *L'employabilité: brève radiographie d'un concept en mutation*. [S.l.]: Sociologie du Travail, 1990.

- HALBWACHS, M. A. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- IMBERNON, F. *Formação Docente e Profissional: forma-se para a mudança e a incerteza*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- LACKS, S. *Formação de professores: a Possibilidade da Prática como Articuladora do Conhecimento*. Tese (Tese de doutorado) — Faculdade de Educação na Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- LAVINAS, L. Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social. *Ciência & Saúde Coletiva*, scielo, v. 12, p. 1463 – 1476, 12 2007. ISSN 1413-8123. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600009&nrm=iso>.
- LOJKINE, J. *A Revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MOCAMBIQUE. *Manual do Aluno: Formação Básica em Monitoria e Avaliação*. Maputo: Ministério da Mulher e da Acção Social, 2008. Acesso dia 22/07/2013. Disponível em: <http://www.cpc.unc.edu/measure/training/materials/basic-me-concepts-portuguese/manual_aluno_measure.pdf/view>.
- OIT; MTE. *Políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade: Perspectivas para o futuro*. Brasília: OIT/MTE, 1999. 472 p.
- ORTIZ, R. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. [S.l.]: Ed. Brasiliense, 1987. Brasília p.
- PACHECO, E. M. *Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Natal: IFRN, 2010. 26 p.
- PINEAU, G. As histórias de vida em formação: gênese de uma corrente de pesquisa-ação-formação existencial. *Educação e Pesquisa*, scielo, v. 32, p. 329 – 343, 08 2006. ISSN 1517-9702. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022006000200009&nrm=iso>.
- SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2003.
- SCHULTZ, T. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- _____. *Investindo no povo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- TILLY, C. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. O acesso desigual ao conhecimento científico. *Tempo Social*, scielo, v. 18, p. 47 – 63, 11 2006. ISSN 0103-2070. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000200003&nrm=iso>.